CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 16 586-J/2007

Para os devidos efeitos e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, dá-se conhecimento que, por despacho de 17 de Janeiro de 2007, da vereadora da Área dos Recursos Humanos, Dr.ª Marina Ferreira, no uso da delegação de competências, constante do despacho n.º 509/P/2005, de 15 de Novembro de 2005, com a redacção dada pelo despacho n.º 271/P/2006, de 28 de Novembro de 2006, e publicado no Boletim Municipal n.º 668, de 7 de Dezembro de 2006, foi aplicada a pena de demissão, ao cantoneiro de limpeza Luís Filipe Marques Santos, ficando desligado do serviço a partir de 19 de Julho de 2007.

31 de Julho de 2007. — O Director Municipal, *Luís Centeno Frago*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Regulamento n.º 237-B/2007

José Manuel Custódia Biscaia, presidente da Câmara Municipal de Manteigas, para efeitos de apreciação pública e de acordo com o artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, faz público o projecto de alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para Frequência do Ensino Superior:

Alteração ao Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo para Frequência do Ensino Superior

Considerando que:

Em 22 de Dezembro de 2005, mediante proposta da Câmara Municipal e após sujeição a discussão pública, a Assembleia Municipal de Manteigas aprovou o Regulamento para a Atribuição de Bolsas de Estudo para Frequência do Ensino Superior, publicado posteriormente no apêndice n.º 10 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de Janeiro de 2006, e rectificado pela rectificação n.º 77/2006 publicada no apêndice n.º 25 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 17 de Março de 2006;

O tempo decorrido desde a entrada em vigor do normativo e a experiência colhida da sua aplicação prática aconselham a que se façam, pequenos mas relevantes, ajustes;

As alterações ora propostas visam essencialmente clarificar algumas questões de ordem prática colocadas em sede das condições de admissão e introduzir um factor de maior justiça e equilíbrio no que concerne ao valor das bolsas a atribuir;

A Câmara Municipal de Manteigas, em reunião ordinária de 11 de Julho de 2007, deliberou, nos termos do disposto no artigo 64.º, n.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sujeitar a um período de 30 dias de apreciação pública, as alterações dos artigos 4.º, 5.º, 6.º, 8.º, 13.º e 19.º do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo para Frequência do Ensino Superior, os quais passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 4.º

Condições de admissão

1 — Só podem concorrer à atribuição de bolsas de estudo os estudantes que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a)
- b) Não terem qualquer reprovação no ensino secundário, no caso de se tratar da primeira matrícula em estabelecimento de ensino superior, ou, não terem reprovado no ano anterior ao da apresentação da candidatura, nos restantes casos;
- c)
- d)
- e) Terem um rendimento mensal *per capita* inferior a uma vez e meia o salário mínimo nacional (SMN);
- f) Terem média de aproveitamento escolar igual ou superior a 12 valores no ano lectivo imediatamente anterior à candidatura.

2 — A condição prevista na alínea b) do n.º 1 pode ser dispensada em caso de doença prolongada do estudante, desde que devidamente comprovada.

Artigo 5.º

Publicidade do processo

- 1 —
- 2 — (Revogado.)

Artigo 6.º

Procedimento

- 1 —
- 2 — Ao boletim de candidatura deve o requerente anexar os seguintes documentos:

- a)
- b) Declaração ou declarações do(s) estabelecimento(s) de ensino frequentado(s) comprovando a não reprovação e a média, conforme previsto nas alíneas b) e f) do n.º 1 do artigo 4.º, respectivamente;
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- l)

- 3 —

4 — A presunção referida no número anterior não é aplicável se o membro do agregado fizer prova de que a ausência de rendimentos se deve ao facto de ser doméstica, não podendo, porém, ser considerado como tendo esta ocupação mais de um membro do agregado familiar.

- 5 —
- 6 —
- 7 —
- 8 —

Artigo 8.º

Prazo para entrega

- 1 —
- 2 — Em casos devidamente justificados e desde que estejam em causa motivos não imputáveis ao candidato, o prazo de entrega de toda a documentação poderá ser prorrogado.

Artigo 13.º

Número e valor de bolsas atribuídas

- 1 —
- 2 — O valor mensal da bolsa será calculado de acordo com o salário mínimo nacional (SMN) em vigor no início de cada ano lectivo, mediante o seguinte mapa:

Alíneas	Escalões do rendimento <i>per capita</i>	Escalão da bolsa a atribuir
a)	≤ 50% do SMN – 201,50	60% do SMN – 241,80
b)	≤ 100% do SMN – 403,00	80% do 1.º escalão – 193,44
c)	≤ 150% do SMN – 604,50	60% do 1.º escalão – 145,08

3 — O montante da bolsa apurado nos termos do número anterior, poderá ser reduzido caso o bolsheiro receba bolsa de estudo dos serviços de acção social da instituição de ensino superior que frequenta, sendo essa redução efectuada de modo a que o montante global nunca ultrapasse o valor do SMN.

4 — A Câmara Municipal reserva-se o direito de solicitar ao estabelecimento de ensino superior frequentado e a outras entidades informação sobre benefícios sociais, bolsas ou subsídios atribuídos.

5 — O estudante não poderá beneficiar da bolsa por período superior ao número de anos do curso que frequenta.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação, nos termos legais.

Para constar e legais efeitos se faz público o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

16 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Custódia Biscaia*.

CÂMARA MUNICIPAL DA MEALHADA

Aviso n.º 16 586-L/2007

Projecto de alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação — Processo n.º DGU-2/2002

Nota justificativa

De acordo com o relatório da Inspeção-Geral de Finanças a disposição do artigo 69.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, que prevê o agravamento para o quádruplo das taxas relativas à emissão de alvarás de licença ou autorização é ilegal, entre outras razões, pelo facto de ter a natureza de uma verdadeira sanção do comportamento dos particulares, como aliás decorre da fundamentação bem sustentada na recomendação n.º 12/A/03, da Provedoria da Justiça — processo R-1682/99 e R-2297/99, de 29 de Setembro de 2003.

No âmbito do mesmo relatório foi recomendado que a Câmara Municipal promovesse junto da Assembleia Municipal a alteração do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, suprimindo o agravamento estipulado para os casos de legalização das operações urbanísticas.

Nestes termos e por orientação do presidente da Câmara Municipal, e tendo como objecto único a reposição da legalidade, é apresentada a presente proposta de alteração ao Regulamento, que visa exclusivamente a revogação do artigo 69.º — Taxas agravadas com a seguinte redacção: «Todas as taxas relativas à emissão de alvarás de licença ou autorização de edificação serão agravadas para o quádruplo quando se verificar o início das obras sem o competente alvará de licença ou autorização, salvo nas situações previstas no artigo 113.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação ou quando tenham sido autorizadas obras de demolição, escavação e contenção periférica, desde que as obras em execução não ultrapassem a autorização concedida».

Lei habilitante

Nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e pela Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro (RJUE).

31 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Alberto da Costa Cabral*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGADOURO

Aviso n.º 16 586-M/2007

Regulamento de Urbanização e Edificação para o Concelho de Mogadouro

Dr. João Henriques, na qualidade de vice-presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, torna público que, nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e no uso das competências que lhe são atribuídas pela alínea v) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sob proposta da Câmara Municipal de 10 de Abril de 2007 e cumpridas as formalidades legais do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a Assembleia Municipal de Mogadouro, em sessão extraordinária realizada no dia 14 de Maio de 2007, aprovou por maioria o Regulamento de Urbanização e Edificação para o concelho de Mogadouro, o qual se publica em anexo.

Mais se torna público que o referido Regulamento entrará em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*, 2.ª série.

21 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *João Henriques*.

Regulamento de Urbanização e Edificação para o Concelho de Mogadouro

Nota justificativa

O novo Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Mogadouro pretende ser um instrumento privilegiado na relação da Administração Local com os seus Administrados.

Neste Regulamento também se pretendeu actualizá-lo de acordo com as últimas alterações, com especial destaque para o Decreto-Lei n.º 65/2003, de 3 de Abril.

A razão de ser da elaboração deste novo Regulamento é dotar o município de Mogadouro de um instrumento jurídico, que classifique e sistematize o processo de licenciamento ou autorização das operações urbanísticas na área do concelho.

O artigo 4.º do Código do Procedimento Administrativo refere que os municípios devem prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

A propriedade privada é um direito constitucionalmente consagrado. Todavia, o direito de construção que todos os particulares têm legitimidade para promover, desde que habilitados para tal, deve ser restringido, nos termos da lei, por razões de ordem urbanística; sendo certo que o urbanismo se refere à organização do espaço e ao desenvolvimento sustentado da vila de Mogadouro.

Os procedimentos e as especificações técnicas e estéticas previstas neste Regulamento, bem como nas leis gerais que servem de inspiração a este conjunto de normas urbanísticas, visam que o bem comum e o ordenamento do território municipal seja um objectivo a alcançar pela administração e pelos particulares.

É de entendimento do novo executivo camarário promover a habitação de qualidade, numa zona do país tendencialmente desertificada, sendo uma das muitas medidas que a Câmara pretende levar a cabo, para fixar a população residente e atrair mais recursos humanos para o progresso da vila de Mogadouro.

Com este novo Regulamento, o executivo camarário pretende não complicar a vida do cidadão comum; fornecendo-lhe um Regulamento simples, com rapidez de consulta e menos burocrático.

Pretende-se que a exequibilidade deste novo Regulamento, com as suas soluções funcionais, remeta as taxas devidas para uma separata do Regulamento Geral de Tabelas, Taxas, Tarifas e Licenças Municipais, de forma a estabilizar a função administrativa do município e as legítimas expectativas dos municípios.

Assim ao abrigo do artigo 3.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, que determinou a apreciação pública deste Regulamento, bem como pelo estabelecido nos artigos 53.º e 64.º do Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e Freguesias, a Assembleia Municipal, sob a proposta da Câmara Municipal, aprova o seguinte Regulamento.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito e objecto

O presente Regulamento estabelece os princípios aplicáveis à urbanização e edificação, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas no município de Mogadouro.

Artigo 2.º

Direito aplicável

Este Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos deste Regulamento, adoptam-se as seguintes definições:

1) Anexo — construção destinada a uso complementar da construção principal, como por exemplo, garagens e arrumos, etc.;

2) Alinhamento ou linha marginal — é a intercepção dos planos das fachadas dos edifícios com os espaços exteriores onde estes se situam (passeios ou com os arruamentos), relacionando-se com os traçados viários. Deverão ter em linha de conta disposições do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, planos municipais de ordenamento do território e dos alvarás de loteamento, de acordo com as